

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO – PCBR

Não se combate os incêndios sem lutar contra o Agronegócio



Foto: Arquivo/Seagri/MS

O agronegócio é o principal responsável pelos incêndios no Brasil. Diretamente, com a concentração de focos de incêndios nas áreas de expansão agropecuária e nas pastagens. E, indiretamente, como setor que mais contribui para as mudanças climáticas no país. No entanto, ações do governo Lula-Alckmin, como o “bolsa incêndio”, beneficiam o setor, enquanto o Decreto 12.189/24, que aumenta as sanções para quem provocar incêndios, carece de aplicabilidade.

O Estado brasileiro tem um papel central no incentivo ao agronegócio por meio de várias políticas públicas. O governo Lula, por exemplo, destinou R\$ 400 bilhões ao Plano

Safra 2024/2025, oferecendo crédito rural subsidiado para que proprietários e arrendatários adquiram insumos e tecnologia de grandes corporações agroindustriais. Além disso, concede incentivos fiscais, como isenção de impostos sobre agrotóxicos (Lei nº 7.802/1989) e sobre exportações de produtos primários e semielaborados (Lei Kandir).

Paralelamente, grileiros e fazendeiros frequentemente recebem regularização fundiária após desmatarem terras públicas, em um processo constante de anistia. Em São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas planeja entregar 600 mil hectares de terras públicas a fazendeiros até 2026, por apenas 10% do valor de mercado. **pág. 8**

**BANCÁRIOS:
Contra o oportunismo da CUT e os banqueiros, construir uma oposição sindical combativa!**

Iniciada em 18 de Julho deste ano, a campanha salarial dos bancários durou mais de dois meses, contando com um comando desagregado de sua base e uma mesa de negociações teatral, o que beneficiou o patronato. O resultado foi a assinatura de um acordo rebaixado.

Com a proposta em questão, o reajuste, de 4,64%, da categoria ficou abaixo do reajuste do salário mínimo, de 6,97%, em 2024, mesmo sendo o setor mais lucrativo da economia — que apenas em 2023 obteve um lucro de R\$ 145 bilhões (apenas os cinco maiores bancos). Trata-se, portanto, de um dos piores índices de reajuste salarial da história recente: o mísero 0,7% de aumento “real” acima do Índice de Preços ao Consumidor, INPC. Em termos comparativos, segundo o DIEESE, os setores industrial e o de serviços tiveram, respectivamente, aumentos reais de 87,8% e 86,7%. **pág. 6**

SERVIDORES AMBIENTAIS: Governo Federal continua com desmonte dos órgãos de proteção ambiental. pág 4	ATAQUES DO STF: Judiciário brasileiro continua retirando direitos trabalhistas. pág 5	PREVIDÊNCIA SOB ATAQUE: Servidores do INSS deflagram greve contra o desmonte promovido pelo Estado. pág 3	VIOLÊNCIA POLICIAL: Estudantes que lutavam por assistência estudantil são reprimidos pelo Choque. pág 8
---	--	--	--

PRIMEIRAS PALAVRAS

O Governo Lula-Alckmin tem demonstrado os limites da política social-democrata. Eleito como salvaguarda da democracia brasileira, tem governado, até aqui, através do abandono das promessas de campanha. A busca por uma coalizão ampla, entre esquerda e direita, não é o reflexo de uma maioria reacionária na Câmara, mas, sim, de um governo que tem como missão refrear a luta de classes brasileira em favor da burguesia.

Como demonstração explícita de seu compromisso de classe, vemos, em 2024, a eclosão de uma série de movimentos grevistas pelo Brasil, sobretudo no segmento dos servidores públicos federais, que foram, e vêm sendo, tratados com escárnio pelo Governo Federal. A greve nacional das Universidades Federais, encerrada com uma proposta extremamente rebaixada do governo e marcada pelo desdém da presidência para com os professores, foi apenas o primeiro capítulo, anúncio de uma série de lutas dos trabalhadores contra o arrocho salarial e a precarização de seus direitos.

O Governo Lula-Alckmin, assim como todo e qualquer governo burguês, continuará sendo linha de frente contra os trabalhadores brasileiros, contra a ampliação e reconstrução de seus direitos e contra a ampliação dos investimentos sociais em favor da manutenção e ampliação das políticas neoliberais de austeridade fiscal que visam o recrudescimento dos lucros da burguesia brasileira e imperialista, em especial do setor financeiro e do agronegócio.

Em meados de agosto, a greve dos servidores ambientais do Ibama e do ICMBio foi encerrada, após perder força depois de diversas perseguições, com uma proposta rebaixada e insuficiente da parte do Governo Federal. Os servidores ambientais seguirão convivendo com o arrocho salarial, com a insuficiência em seu quadro de funcionários e com a precarização de suas carreiras. São, porém, ponto fundamental no combate aos incêndios criminosos perpetrados pelo agronegócio em todo o Brasil. O Governo Lula-Alckmin escolheu explicitamente seu lado na luta: os latifundiários; concedendo linhas de crédito e isenções fiscais bilionárias através de programas como o Plano Safra.

Entre agosto e setembro, os bancários lutaram por melhores condições de trabalho no contexto da campanha salarial da categoria. Foram desenhados e traídos pelas direções sindicais pelegas da CUT e aliados, que abandonaram a demanda pelo fim das metas abusivas e um aumento salarial real e significativo; tudo isso para evitar uma repercussão negativa para o governo petista. Apesar disso, vimos nesse período de campanha, a deflagração de greves dos bancários por todo o país, mesmo à revelia das direções sindicais. Ainda assim, os banqueiros, setor mais lucrativo da economia brasileira, conseguiram manter o arrocho salarial e a precarização das carreiras da categoria.

EDITOR-CHEFE:

Euclides Vasconcelos

CHEFE DE REDAÇÃO:

Vinícius Okada

CONSELHO EDITORIAL:

Diego Miranda, Gabriel Colombo, Gabriel Lazzari, Gabriel Tavares, Gustavo Pedro, Jones Manoel, Kauana Niz e Lúgia Orlandin.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Ana Vieira

Leia também pela internet:
jornalofuturo.com.br

Editorial

E ainda assim... lutam!

A classe trabalhadora, o motor da sociedade capitalista, acorda, pega transporte, trabalha, volta pra casa e dorme, na imensa maioria de seus dias. É a constância da exploração que naturaliza esse ciclo que se repete, deixando para muitos apenas um único dia de descanso semanal para a família, o lazer, o estudo, a religião.

Mas há momentos em que isso muda. Chega uma hora que os trabalhadores dizem “chega”, cruzam seus braços e não mais aceitam a exploração no nível em que a sofrem. Paralisam a produção e a circulação de mercadorias, a célula mais fundamental do capitalismo, e se chocam diretamente com os patrões e o governo – os trabalhadores fazem greve!

Nosso país vive ciclos de aumento e redução da quantidade de greves e paralisações de trabalhadores, em um fluxo que não diz respeito só às condições objetivas da exploração, mas também às condições subjetivas, ao quanto determinada categoria compreende sua exploração e está disposta a arriscar seu emprego, seu sustento, para conquistar mais.

Segundo os balanços de greves do DIEESE, podemos distinguir claramente um momento de ascensão grevista a partir dos impactos da crise internacional do capitalismo. Se pegarmos a série desde 2013 (ano das Jornadas de Junho), e excluirmos os dois anos de pandemia (2020 e 2021), por sua excepcionalidade, e os dois anos cujos balanços não foram publicados (2014 e 2015), temos uma média de quase 1500 greves por ano – o triplo da maior quantidade anual de greves do governo Lula II.

O ano de 2024 viu até agora a deflagração de greves importantes: a ampla unidade de professores, técnicos e estudantes nas

Universidades Federais; a greve de mais de dois meses dos servidores do INSS; a Campanha Nacional dos bancários; dos trabalhadores dos Correios; e outras mais. A marca da maior parte desses movimentos têm sido a extrema dificuldade de mobilização – tanto pelo medo de demissão, principalmente no setor privado, quanto pelo peleguismo das grandes centrais sindicais, como a CUT e a CTB – e o desdém absoluto do governo federal em relação aos grevistas. O sindicalismo “de resultado” fez do movimento sindical brasileiro uma máquina de sindicatos prestadores de serviços, em sua amplíssima maioria, lutando muitas vezes contra a sua própria categoria e trazendo derrotas disfarçadas de vitórias.

Para mudar essa situação com consequência é preciso apontar para além da nossa rotina dura, cinzenta, sofrida – temos que entender o movimento sindical como uma das formas que a classe trabalhadora tem para lutar, mas não a única e não a última. Precisamos semear no movimento sindical a política da classe trabalhadora e construir, assim, um caminho de independência de classe e auto-organização. Sem esse objetivo final em mente, os movimentos grevistas e outros movimentos de caráter sindical sempre voltarão a apontar para a manutenção do capitalismo, da nossa exploração, mesmo que em condições “melhores” dessa exploração.

É no movimento sindical que aprendemos importantes lições sobre o poder dos capitalistas. Mas é apenas avançando para a luta política que a classe trabalhadora pode exercer todo o seu potencial, o potencial de romper suas amarras, tomar o poder em suas mãos e construir o socialismo.



Foto: Acervo Jornal O Futuro



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



Colabore com a imprensa revolucionária através do nosso PIX:
54.810.269/0001-62

Com a sua ajuda esse jornal pode chegar em mais localidades do Brasil!

Sindical

Trabalhadores da seguridade social realizam greve histórica e ocupam a presidência do INSS

Com ocupação histórica na presidência do INSS em Brasília nos dias 4 e 5 de setembro, trabalhadores lutam por melhores condições salariais e de trabalho.

Após mais de 50 dias de greve, os trabalhadores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) protagonizaram uma ação histórica ao ocupar a presidência do órgão em Brasília nos dias 4 e 5 de setembro de 2024. Esta medida ousada foi uma resposta direta à brutal retaliação do governo, que judicializou a greve, impôs descontos severos e tentou marcar faltas injustificadas. A Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS) e o Comando Nacional de Greve (CNG) utilizam a ação para sublinhar a urgência de uma negociação real e reivindicar justiça social e respeito aos direitos dos servidores.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é um pilar fundamental da seguridade social brasileira, responsável por garantir benefícios essenciais para milhões de trabalhadores e suas famílias. Fundado em 1990, substituindo o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), o INSS administra aposentadorias, pensões por morte, auxílio-doença, salário-maternidade, e diversos outros benefícios que asseguram a dignidade e a segurança dos trabalhadores em momentos de fragilidade. Contudo, o atual governo federal tem promovido um ataque sistemático a este importante órgão, vinculando-o ao desmonte mais amplo da previdência social.

A Reforma da Previdência, aprofundada pelo Novo Teto de Gastos, é uma tentativa clara de desmantelar a seguridade social. Ao limitar os investimentos públicos, o Novo Teto de Gastos ataca diretamente a previdência social, cortando recursos e ignorando as crescentes necessidades de uma população envelhecida e vulnerável. Este movimento não é apenas um ataque aos direitos dos trabalhadores, mas um passo em direção à pri-



Foto: FENASPS/Divulgação.

vatização e sucateamento dos serviços públicos.

Os trabalhadores do INSS têm exigido uma série de melhorias fundamentais, incluindo: recomposição salarial, reestruturação das carreiras, cumprimento do acordo de greve de 2022, reconhecimento da carreira do seguro social como típica de Estado, melhorias nas condições de trabalho.

Os momentos de negociação foram marcados por tentativas de diálogo ineficazes e imposições unilaterais por parte do governo. A mais recente frustração foi a imposição de propostas sem ouvir os trabalhadores, onde mudanças foram apresentadas sem considerar as reais necessidades da categoria. Além disso, os servidores enfrentaram um golpe sindical quando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), um ente com pouca representatividade nacional ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), assinou um acordo sem a ciência dos demais sindicatos e sem a avaliação da base.

Esse golpe resultou na decisão da presidência do INSS de considerar a greve encerrada

e impor faltas injustificadas aos servidores que permanecerem em greve. Tal medida pode levar à demissão por abandono de cargo, ameaçando diretamente os direitos dos trabalhadores.

Em resposta à retaliação, o Comando Nacional de Greve (CNG) da FENASPS, em conjunto da categoria, ocupou a presidência do INSS em 4 de setembro de 2024. Esta ocupação durou 24 horas e foi uma demonstração de coragem e resistência. Os trabalhadores e trabalhadoras que participaram da ocupação conseguiram a revogação do ofício que impunha faltas injustificadas, mostrando a força e a determinação da categoria em sua luta por direitos.

Em 24 de setembro, os servidores em greve voltaram a ocupar a presidência do INSS, em Brasília, como protesto contra o presidente do órgão, Alessandro Stefanutto. A manifestação, marcada pela reivindicação do direito legítimo à greve, denuncia a tentativa de codificação das faltas dos servidores como injustificadas, um ataque direto aos direitos trabalhistas.

Estoque de processos judiciais no INSS aumenta drasticamente em meio à greve e expõe subnotificação feita pelo governo

Por Comando Estadual de Greve do INSS – Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Rio Grande do Sul

Nota editorial: Recebemos o seguinte comunicado do Comando Estadual de Greve do INSS no Rio Grande do Sul e decidimos publicá-lo na íntegra. Como já viemos apontando em outras situações, o governo burguês de Lula e Alckmin sistematicamente atenta contra o movimento sindical e, para isso, mascara informações importantes, de profundo interesse da classe trabalhadora. É dessa forma que o governo agita contra a luta dos servidores, assim como combate outras categorias, a exemplo do que foram as greves nas Universidades Federais e na Campanha Nacional dos Bancários. Acreditamos que é preciso divulgar ao máximo esse tipo de manobra antissindical e nosso Órgão Central está sempre à disposição de trabalhadores e trabalhadoras que queiram veicular conteúdos de suas lutas.

A greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que já ultrapassa os 60 dias, revela não apenas a incapacidade da gestão atual de lidar com as demandas do órgão, mas também uma subnotificação dos servidores em greve por parte do governo Lula. O código de greve não tem sido corretamente contabilizado, levando a uma falsa impressão sobre a real adesão ao movimento.

Embora o governo Lula alegue que o movimento grevista tem sido pouco expressivo, dados obtidos sobre as demandas judiciais, nas quais o INSS é responsável por cumprir, mostram um cenário bem diferente. O acúmulo dessas demandas, que em geral reflete os problemas estruturais do órgão, segue em constante cres-

cimento e já representa um aumento de mais de 30% somente no mês de setembro. A greve dos servidores tem exposto essa realidade, destacando que o estoque de processos judiciais está se tornando insustentável.

Grande parte dos processos judiciais reflete problemas estruturais causados também por uma política de automação ineficiente que desconsidera a complexidade do processo de trabalho e a importância da análise da vida laboral do trabalhador. Com isso, os beneficiários são obrigados a recorrer à Justiça para garantir seus direitos, e o tempo médio para a resolução dessas ações já ultrapassa dois anos.

O governo Lula e o gestor do INSS, Alessandro Stefanutto, agem de forma irresponsá-

vel ao tentar mascarar a gravidade da situação. Ao subnotificar a adesão à greve e manipular os dados, omitem a realidade que impacta diretamente a vida dos cidadãos, que dependem dos benefícios do INSS. Essa postura não apenas desrespeita os servidores, mas também penaliza a população, que se vê desamparada enquanto os processos se acumulam sem solução à vista.

O aumento exponencial das demandas judiciais em setembro é um reflexo direto da má gestão e da falta de diálogo com os servidores. A greve, longe de ser um movimento pouco expressivo, é uma resposta à ausência de reestruturação e valorização dos servidores, essenciais para garantir o funcionamento eficiente do INSS.

Sindical

Greve do Ibama e ICMBio evidenciou contradições do governo Lula-Alckmin na política ambiental



Servidores do Ibama durante dia nacional de paralisação. Foto: Raissa Oliveira/O Tempo.

Os servidores ambientais acreditavam que teriam um aliado no Governo Federal depois da eleição de Lula. Mas a realidade, após um ano e meio de gestão petista, se impôs e levou as entidades representativas dos funcionários do Ibama e do ICMBio a decretar greve, com uma adesão significativa em todos os estados do país. A principal expectativa era que o governo enfim desse condições de trabalho condizentes com os cargos ocupados após anos de sucateamento dos órgãos de fiscalização ambiental.

As principais reivindicações dos trabalhadores eram a reestruturação da carreira, reajuste salarial e melhorias no aparato de preservação ambiental. As entidades representativas dos servidores ambientais estavam em negociação com o governo desde o fim de 2023, mas não viram as propostas avançarem. O sucateamento e a sobrecarga de trabalho ficam evidentes na redução do número de servidores do Ibama, que em 2007 tinha seis mil servidores e hoje tem pouco mais de um terço deste número. Durante esse tempo

a demanda de trabalhos cresceu drasticamente, em 2010, ano do último reajuste da categoria, o instituto contava com 316 servidores para analisar 791 processos de licenciamento. Hoje são 3.859 processos de licenciamento em curso, e 237 servidores neste trabalho.

A greve, deflagrada em 24 de julho, afetou estes processos, o que acabou travando as demandas de várias grandes empresas no país. A resposta do governo foi rápida, com uma judicialização em tempo recorde, a greve foi declarada ilegal pelo Supremo Tribunal de Justiça, STJ, que determinou uma multa de 200 mil reais por dia caso as atividades não fossem retomadas.

Para o ex-presidente da Associação Nacional dos Servidores de Carreira de Especialista em Meio Ambiente, Emerson Aguiar, a postura do governo foi surpreendente. “Carreiras que apoiavam o Bolsonaro tiveram os melhores reajustes, enquanto que a área ambiental, que foi a área que mais foi atacada pelo governo bolsonarista, teve um tratamento desrespeitoso, por

parte do governo que mais propagandeou que iria estruturar a gestão ambiental federal. É uma nefasta contradição”, avaliou.

Para Aguiar, a situação surpreendeu a aridez com que o governo tratou uma categoria. “Enquanto discutíamos a reestruturação da carreira, o governo avançou, por meio da AGU, para tolher nosso direito fundamental de greve. E isso é um absurdo. Um governo que foi eleito com a promessa de fortalecer a gestão ambiental federal avançou sobre direitos onde nem o próprio governo arbitrário que tinha no passado tinha atacado”, descreveu.

Após os ataques jurídicos a greve perdeu força e foi encerrada com os trabalhadores aceitando uma proposta avaliada como altamente rebaixada. O acordo marcou a segunda derrota imposta contra os trabalhadores pelo governo Lula-Alckmin em menos de três meses. A primeira, sobre os professores e servidores das universidades públicas.

Amazônia

Seca no Rio Marupá: impactos do garimpo e a omissão do Estado

O Rio Marupá, afluente do rio Tapajós, registrou uma seca completa no início de setembro. O fato ocorre após crescente degradação ambiental na região e afeta diretamente comunidades como a do povo indígena Munduruku, que depende do rio para sua alimentação e deslocamento.

Este ano, os principais rios amazônicos têm enfrentado uma seca histórica, resultado do desmatamento acelerado, da construção de hidrelétricas, da degradação dos ecossistemas e de um intenso período de estiagem. No caso do Rio Marupá, a falta de medidas eficazes do Estado para conter o avanço do garimpo ilegal também contribuiu, culminando na seca total do rio no último mês.

O coletivo audiovisual indígena Wakoborun tem denunciado outros ataques à terra indígena. Além do Rio Marupá, o Rio Kabitutu também está seco. Na região do Rio das Tropas, os igarapés Preto e Branco apresentam níveis abaixo do esperado. Além disso, foram registrados mais de 300 focos de incêndio na terra indígena.

A mineração na região, iniciada nos anos 1980, tem devastado as terras dos Munduruku, com a invasão de garimpeiros em busca de ouro. Esse processo destrói rios e florestas, além de causar grave contaminação por mercúrio, utilizado na separação do ouro. O mercúrio polui os

rios, afetando a fauna, a flora e a saúde dos Munduruku, que consomem peixes contaminados. A contaminação por mercúrio pode causar distúrbios digestivos, danos neurológicos e problemas no desenvolvimento infantil.

O povo Munduruku, em carta ao governo federal, exigiu a retirada imediata dos garimpeiros e a punição dos responsáveis pela destruição ambiental. Denunciou a contaminação por mercúrio, o desmatamento e a perda de autonomia dos povos indígenas, agravada por iniciativas como o crédito de carbono, que beneficia empresas imperialistas. Além disso, criticou a lentidão do governo federal em cumprir as ordens judiciais de expulsar os invasores e exige ações urgentes para proteger os territórios e as comunidades.

Atualmente, projetos de lei como o PL nº 3.025/2023, proposto pelo governo federal, pretendem legalizar o garimpo em terras indígenas, permitindo a exploração de áreas não protegidas até a Constituição de 1988 e regulando o comércio de ouro no país. Além disso, a Lei do Marco Temporal (14.701) aprovada em 2023, compromete a demarcação de terras indígenas e facilita ainda mais as invasões por garimpeiros.

As ações do governo Lula-Alckmin têm sido insuficientes. No primeiro ano do governo, o Senado aprovou a Lei do Marco Temporal no



Rio Marupá em 02 de setembro. Foto: Coletivo Audiovisual Indígena Wakoborun.

Projeto de Lei 490 (PL 2903/2023), que foi enviado para sanção presidencial, porém, o presidente Lula vetou apenas parcialmente, contrariando o pedido do movimento indígena, que era o veto total. A PL 2903 foi sancionada como a Lei 14.701, fruto de um acordo entre o governo federal e a bancada ruralista para garantir apoio à aprovação da Reforma Tributária.

Sindical

Servidores da EBC em greve contra ataques aos direitos trabalhistas

Os servidores da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) entraram em greve em 03 de Setembro em resposta à tentativa da empresa de reduzir salários e desrespeitar direitos trabalhistas. A paralisação contou com a adesão de 90% dos jornalistas, impactando veículos como a TV Brasil, Agência Brasil, Rádio Nacional, entre outros. A paralisação surgiu em um momento de ataque direto à categoria, com a proposta da direção da EBC de alterar o Plano de Cargos e Remunerações (PCR), reduzindo os salários em até 12% e desrespeitando a jornada especial de trabalho prevista na CLT desde 1943. Os servidores denunciaram a tentativa de estabelecer um modelo de remuneração por hora, que fere o direito histórico dos jornalistas e abre um perigoso precedente que poderia ser seguido por outras empresas públicas e privadas.

Em 04 de Setembro, os trabalhadores fizeram um ato em frente ao Palácio do Planalto, buscando pressionar o Governo Federal a intervir na direção da EBC e garantir um tratamento isonômico entre as carreiras de nível superior da empresa. A proposta da empresa pública de comunicação nacional ameaça não apenas os direitos dos jornalistas da EBC, mas de toda a categoria, ao propor um modelo que reduz salários e desvaloriza a profissão.

A Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom) não atendeu ao pedido da categoria por isonomia salarial no Plano de Cargos e Remunerações da EBC e, assim, a proposta de PCR foi enviada para análise da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais no portal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SEST/MGI) no dia 20 de Setembro. O ministro Paulo Pimenta também não

atendeu ao pedido de audiência feito pelos sindicatos. Além disso, as entidades da categoria denunciaram um aumento do salário e no número de cargos comissionados da EBC, enviado em Agosto pela diretoria da empresa ao SEST/MGI.

Nos dias 25 e 26 de setembro, os jornalistas da EBC, no DF, RJ e SP, realizaram nova greve contra a proposta da diretoria da empresa, que é discriminatória contra a categoria e reduz em 12% os níveis salariais em relação às outras categorias de nível superior. A intenção da direção da empresa é criar diferenças salariais entre jornalistas e empregados administrativos que chegam a R\$ 2.650,87. No dia 25/09, os jornalistas realizaram um ato em frente ao Ministério da Gestão e Inovação, exigindo que fossem atendidos pelo ministério.

A EBC é uma peça fundamental na luta por uma comunicação pública que sirva aos interesses do povo, e não aos de uma elite econômica ou política. A EBC tem o potencial de ser um espaço de produção e difusão de conteúdos que reflitam a diversidade cultural e social do país, rom-

pendo com a lógica mercadológica que domina as grandes corporações de mídia. No entanto, a própria existência da EBC está constantemente ameaçada por políticas de desmonte, corte de verbas e precarização das condições de trabalho, que refletem uma tentativa de enfraquecer a comunicação pública e mantê-la submissa a interesses governamentais e empresariais.

É preciso que essas mobilizações não caiam em uma postura contraditória, que oscila entre apoiar mobilizações pontuais e manter uma posição de acomodação frente ao Governo Federal, do qual a EBC é uma empresa estatal. É essencial que a luta dos servidores não seja capturada por interesses burocráticos e pelegos que visem apenas a uma negociação limitada, sem enfrentar os ataques mais profundos aos direitos trabalhistas. Toda greve deve ser uma oportunidade para reforçar a independência de classe do movimento sindical, rompendo com o imobilismo e construindo uma verdadeira frente de combate contra a precarização do trabalho e os ataques ao serviço público.



Foto: Reprodução Instagram @ficaebc.

A Contrarreforma Trabalhista e o julgamento sobre trabalho intermitente no STF

A Contrarreforma Trabalhista sancionada em 2017, com a retórica de modernização e flexibilidade das relações contratuais, alterou profundamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre as mudanças estão a prevalência das negociações individuais sobre as normas trabalhistas, a ampliação da terceirização, a restrição do acesso à Justiça do Trabalho e a regulamentação do trabalho intermitente, este último sendo alvo de ações recentes no judiciário brasileiro.

Desde sua aprovação, os empregadores ganharam maior liberdade para ajustar contratos, diminuir salários e prolongar jornadas de trabalho, enquanto os sindicatos viram seu papel enfraquecido. Contrariando as promessas, a taxa de desemprego não apenas permaneceu elevada, como também aumentou a informalidade no mercado de trabalho. A taxa de desemprego de 2017 era de 11,8%, e manteve-se em torno de 12,4% um ano depois. E se apenas 8 anos depois a taxa de desemprego fixou-se em 7,9%, o número de trabalhadores de carteira assinada hoje é menor que o número de trabalhadores na informalidade.

Se em razão da criação do Microempreendedor Individual (MEI) em 2008 a informalidade no país vinha em decréscimo, a Contrarreforma legalizou vínculos de trabalho anteriormente ilegais, como o trabalho autônomo com subordinação. Aquilo que garantia que o trabalhador liberal recebesse aposentadoria, fomentou a demissão em massa e deu lugar ao prestador de serviços que trabalha, na prática, como funcionário de uma empresa, mas com a perda de seguro desemprego e assistência previdenciária.

Essa modalidade de trabalho caracteriza-se pela prestação de serviços de forma esporádica e não contínua, em que trabalha-se em períodos específicos e recebe-se apenas pelo tempo trabalhado.

O trabalho intermitente, adotado em países como Reino Unido, Itália e Espanha, foi a inspiração para a reforma trabalhista brasileira de 2017. No Reino Unido, o modelo de “contrato zero hora” permite a contratação sem garantia de prestação de serviços ou salário mínimo, o que gerou forte precarização sobretudo nas camadas menores de 25 e maiores de 65 anos. Na Itália, o “lavoro a chiamata” passou a oferecer compensações mínimas para o trabalho, antes informal, enquanto na Espanha o “contrato fixo-descontínuo” também seguiu essa linha de flexibilização e resultou no aumento das desigualdades sociais e o crescimento da informalidade. Recentemente, em 2022, a Espanha decidiu extingui-lo, reconhecendo os danos causados e reafirmando a necessidade de garantir condições de trabalho mais dignas. Ao importar esta lógica, o Brasil permitiu contratações com renda média abaixo de 1 salário-mínimo, e já cresce em 116% o número de denúncias sobre essa modalidade contratual no país.

Três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) foram ajuizadas para contestar a validade do contrato intermitente. A ADI 5.826, movida pela Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo (Fenepospetro), a ADI 5.829, da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Ope-

radores de Mesas Telefônicas (Fenattel), e a ADI 6.154, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), abordam o impacto da intermitência em suas respectivas categorias e argumentam a inconstitucionalidade da nova forma de contrato em geral.

Em setembro de 2024, o STF retomou a análise das ADIs, mas o julgamento foi suspenso após o Ministro Cristiano Zanin pedir vistas no dia 11. Até o momento, dos 11 ministros, 4 se manifestaram a favor da manutenção das regras introduzidas pela contrarreforma, enquanto 2 expressaram reservas quanto à legalidade da modalidade intermitente.

A decisão do STF, ainda que incompleta, expõe as profundas divisões internas sobre a adequação das novas normas ao ordenamento constitucional e revela sobretudo os limites da luta jurídica frente à predominância de interesses burgueses no Brasil. O Supremo brasileiro empenha-se em manter a ordem econômica, ao que não importa o potencial de precarização do trabalho necessário. Nas defesas dos votos, a posição de Nunes Marques é a mais declaradamente ideológica e nega o crescimento da informalidade no Brasil e as reações internacionais negativas.

O STF atua como salvaguarda da institucionalidade burguesa. Já não é fator necessário a eleição de um governo abertamente reacionário para a manutenção das contrarreformas. O tribunal toma para si a decisão de promover a flexibilização e a precarização do trabalho, e atua como um bastião das relações capitalistas, defendendo os interesses da burguesia em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

Sindical

Bancários: A Campanha salarial de 2024

Iniciada em 18 de Julho deste ano, a campanha salarial dos bancários durou mais de dois meses, contando com um comando desagregado de sua base e uma mesa de negociações teatral, o que beneficiou o patronato. O resultado foi a assinatura de um acordo rebaixado.

As negociações entre o comando da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, Contraf/CUT, e a Federação Nacional dos Bancos, Fenaban, culminaram em um dos acordos mais rebaixados da última década. O Acordo Coletivo de Trabalho, ACT, foi anunciado pela Contraf/CUT como positivo, mas, na realidade, contou com a rejeição de grande parte dos estados da federação e gerou, durante a campanha, grandes impasses entre a direção sindical (Contraf/CUT e aliados) e a base de bancários.

As contradições entre a base bancária e as entidades sindicais se evidenciaram tanto na falta de comunicação das direções em relação às mesas de negociações, quanto nos momentos de mobilizações efetivas. Nesse sentido, a falta de assembleias após as sucessivas mesas de negociações deixou a base desinformada, além de desencorajar a categoria. Durante a campanha, o comando não sinalizou com nenhum ato que trouxesse uma pressão efetiva contra a Fenaban, limitando-se a um “tuitaço”, o que não causou nenhum impacto sobre o setor financeiro.

Nessa campanha de desmobilização da categoria bancária, as entidades sindicais aliadas à Contraf/CUT utilizaram de retóricas oportunistas, fazendo uma campanha de convencimento nas unidades de que a categoria não teria força para realização de uma greve devido a correlação de forças desfavorável no congresso e às novas tecnologias que possibilitam a realização de serviços remotos e automáticos.

Com a proposta em questão, o reajuste, de 4,64%, da categoria ficou abaixo do reajuste do salário mínimo, de 6,97%, em 2024, mesmo sendo o setor mais lucrativo da economia — que apenas em 2023 obteve um lucro de R\$ 145 bilhões (apenas os cinco maiores bancos). Trata-se, portanto, de um dos piores índices de reajuste salarial da história recente: o mísero 0,7% de aumento “real” acima do Índice de Preços ao Consumidor, INPC. Em termos comparativos, segundo o DIEESE, os setores industrial e o de serviços tiveram, respectivamente, aumentos reais de 87,8% e 86,7%.

Além disso, a categoria bancária não dispõe de Planos de Carreira e Salários (PCS) dignos, o que faz com que grande parcela dos trabalhadores fiquem estagnados em cargos e funções sem condições de promoção. Para a parcela concursada recente, as disparidades de direitos são gritantes, tanto em termos salariais, quanto em termos de seguridade, como na falta de planos de saúde com contrapartida de mensalidades por parte dos Bancos na aposentadoria; caso do Banco do Brasil, BB, que não incorpora na aposentadoria o seu plano de saúde, a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, CASSI.

Segundo dados trazidos em audiência no Senado, em 26 de outubro de 2023, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), a categoria bancária, apesar de representar 1% da classe trabalha-



Foto: Federa-RJ/Divulgação.

dora com emprego formal, representa 24% de adoecimento mental, sendo que só em 2012 “o percentual de pessoas que não resistiam à rotina nos bancos e pedia licença em razão de doenças mentais era de 12%”, nos cinco anos seguintes houve um aumento de 26,2%, “enquanto no geral a variação foi de 15,4%”. Ainda segundo os dados, “83% dos afastamentos médicos da categoria têm origem emocional, desde a depressão, ansiedade, às síndromes de burnout (esgotamento físico, mental e emocional) e de pânico”.

O adoecimento da categoria bancária tem raiz no que a categoria denominou de “metas abusivas”, um sistema nomeado pelos Bancos de “produtividade”. As metas abusivas estão relacionadas ao aumento de trabalho com a contínua redução de pessoal, por conta dos planos de desligamento incentivados, PDI’s, e a insuficiente abertura de vagas em concursos públicos.

Desde o início da campanha salarial, a abolição das metas abusivas foi uma das maiores demandas da categoria, um clamor que foi desdenhado pela Fenaban e colocado no esquecimento pelo comando da Contraf/CUT. Essa demanda sequer chegou ao ACT com medidas concretas, limitando-se a promessas paliativas.

Como parte da base de apoio do governo Lula-Alckmin, a Contraf/CUT e aliados, como a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CTB, adotaram uma postura de refreamento do movimento sindical, esforçando-se para conter quaisquer tipos de críticas negativas ao governo, contando inclusive com disparos pagos no Instagram onde se anunciava a suposta aceitação geral do acordo rebaixado proposto, o que foi desmentido, na prática, com a deflagração de greves em diversos estados da federação.

Após assembleias que rejeitaram a proposta rebaixada (cerca de 19 estados recusaram a proposta da Fenaban), no caso do BB e Caixa

Econômica Federal, deflagraram-se estados de greve e greves em muitas regiões do país, caso de Amazonas, Rio Grande do Norte, Maranhão, Paraíba, Ceará, Rio de Janeiro, Acre e Bahia. Entretanto, as greves foram realizadas por força da base à revelia das direções da Contraf/CUT.

O caso da Bahia é representativo, formou-se uma “oposição sindical bancária” a partir da própria base da categoria, principalmente de trabalhadores do BB e da Caixa, que rejeitaram a proposta rebaixada e exigiram a deflagração da greve, mesmo diante da campanha de desmobilização da Contraf/CUT e do Sindicato dos Bancários da Bahia.

No caso do BB, além do reajuste rebaixado, a cláusula 17, incluída no acordo específico do Banco, colocava em xeque a estabilidade do emprego, pois facilitava a “demissão sem justa causa”, e isso foi suficiente para a base se rebelar, entrando em greve no dia 13 de setembro, com adesão da maioria dos trabalhadores. Por força dessa mobilização, a cláusula 17 foi derrubada e a greve, por falta de adesão de outros bancos, foi encerrada na assembleia do dia 16 de setembro.

Além disso, houve retaliação do BB em estados que rejeitaram a proposta. No dia 13 de setembro, houve estorno da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) de funcionários do Maranhão, Rio Grande do Norte e outros estados que rejeitaram o ACT. Essa medida se caracterizou como retaliação e, no dia seguinte, a Justiça do Trabalho, em decisão favorável ao Sindicato dos Bancários do Maranhão, determinou a devolução dos valores aos trabalhadores, por violação do acordo coletivo e dos direitos da categoria.

O movimento espontâneo de mobilização da base de bancários à revelia das direções sindicais pelegas na campanha de 2024 já nos apontou para um horizonte de construção de uma **oposição sindical** sólida e orgânica com a base.



É tarefa da oposição bancária dar uma luta consequente não apenas em defesa da categoria, mas ir além, transformar as lutas defensivas em pautas que procuram expandir direitos. Que os patrões tenham medo de nós! Por sindicatos mais presentes no cotidiano dos trabalhadores e uma oposição sindical contra o oportunismo da CUT!

Você, bancário ou bancária, entre em contato com o PCBR e vamos organizar essa sua indignação, rumo a um movimento sindical combativo!

jornalofuturo.com.br | instagram: @jornalofuturo

Juventude

UERJ: Ocupação de 57 dias foi encerrada com violência policial, prisões arbitrárias e intransigência da reitoria



Estudantes e o Deputado Federal Glauber Braga presos pela PMERJ. Pedro Teixeira /Agência O Dia.



Tropa de Choque utilizou bombas de efeito moral para dispersar os estudantes. Foto: Pedro Teixeira/Agência O Dia.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi ocupada por 57 dias, com uma mobilização massiva dos estudantes iniciada em 26 de julho. O estopim foi a implementação do Ato Executivo de Decisão Administrativa 038 (AEDA), chamado pelos estudantes de “AEDA da Fome”, que cortou em 46% as bolsas de assistência estudantil, essencial para a permanência dos alunos mais vulneráveis.

O “AEDA da Fome”, decretado pela reitoria durante as férias, atingiu diretamente estudantes de baixa renda e aqueles dos campi externos ao Maracanã, que não possuem bandeirão. Para esses estudantes as bolsas representam a única forma de garantir a continuidade dos estudos. Sem qualquer diálogo com a comunidade universitária, a reitoria de Gulnar Azevedo e Bruno Deusdará impôs essa medida que ameaça uma grande parcela de alunos da UERJ. A gestão, ligada a setores do PSOL e PT, foi eleita com a promessa de não cortar auxílios e de promover maior transparência nas contas da universidade.

Sob o regime de recuperação fiscal imposto ao estado do Rio de Janeiro, a UERJ viu seu orçamento ser estrangulado, obrigando a administração da universidade a realizar adiantamentos de pagamentos, com a evidente consequência de um colapso financeiro iminente. Gulnar e Deusdará, incapazes de enfrentar o governo estadual, preferiram manter uma postura “republicana e democrática”, o que, na prática, significou omissão diante dos ataques contra a educação pública. Se por um lado, o governo Castro demonstrava sua intenção de seguir o sucateamento da universidade pública, como com a nomeação do deputado Anderson Moraes (responsável por tentar fechar a UERJ em 2021) como novo secretário de Ciência e Tecnologia, a reitoria se omitiu de posicionamentos e críticas a respeito, demonstrando incapacidade de proteger a instituição e os estudantes.

A ocupação da reitoria foi uma resposta organizada pelos estudantes para barrar a destruição das condições de permanência estudantil. Com o anúncio do AEDA 038, os alunos se viram sem alternativa. Sem as bolsas, muitos seriam forçados a abandonar a universidade. A ocupação, iniciada em 26 de julho, escancarou a realidade: a reitoria está mais preocupada em manter uma aparência de boa relação com o governo do que em garantir a permanência dos estudantes.

Desde o início, a postura da reitoria foi de repressão e criminalização do movimento. Ao invés de dialogar, Gulnar Azevedo tentou sufocar a ocupação, utilizando da segurança priva-

da para agredir estudantes, bloquear o acesso de alimentos e barrar a entrada de apoiadores. Mesmo assim, os estudantes resistiram e ocuparam o campus Maracanã.

A mobilização forçou o governo estadual a realizar um repasse de R\$150 milhões para a UERJ. No entanto, a reitoria, mais uma vez, não destinou o valor integralmente para as bolsas estudantis, mantendo assim o risco da evasão em massa de alunos, além de encerrar às pressas a sessão do Conselho Universitário em que seria debatida a revogação do AEDA 038, sem dar a oportunidade para os estudantes apresentarem suas demandas.

Para agravar a situação, na contra-mão dos interesses dos estudantes, setores da gestão “A UERJ vale a luta” do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e alguns Centros Acadêmicos ligados ao PT (Coletivo Cria e Rio vale a luta), PC-doB e Levante, articularam com a reitoria uma proposta de “transição” que ignorava completamente as demandas da ocupação, passando por cima das deliberações legítimas do movimento e dos estudantes mais afetados pelos cortes. Com o acordo ilegítimo construído entre a reitoria e seus aliados no movimento estudantil, a ocupação continuou, buscando que a pauta da revogação do AEDA 038 fosse atendida. Em vez de buscar soluções para a crise, a reitoria optou pela repressão violenta.

No dia 17 de setembro, Gulnar e Deusdará entraram com um pedido de reintegração de posse na justiça, exigindo uma multa absurda de R\$10.000 por dia para estudantes ocupantes, além de solicitar o uso da força policial. No dia 19 de setembro, a reitoria enviou seguranças parti-

culares para tentar desarticular a ocupação, mas sem sucesso, apesar das diversas cenas de violência em que estudantes foram agredidos. No dia seguinte, 20 de setembro, a Tropa de Choque da Polícia Militar do Rio de Janeiro foi acionada. A brutalidade policial foi imensa, e a universidade, que não havia presenciado tamanha repressão nem mesmo durante a ditadura militar, viu três estudantes e o deputado Glauber Braga (PSOL/RJ) serem presos de maneira arbitrária. Todos foram liberados ao final do dia, mas a violência utilizada manchou para sempre a história da UERJ.

O uso da violência policial foi efetivo para encerrar a ocupação, após 57 dias de resistência. No entanto, os estudantes continuam mobilizados e vigilantes. A intransigência da reitoria, que se recusa a negociar com aqueles que lutam pelo direito de concluir seus cursos, só fortalece a disposição do movimento estudantil. A máscara de “democráticos” e “progressistas” da gestão de Gulnar e Deusdará caiu por completo, revelando seu autoritarismo e conivência com os ataques à educação pública.

A resistência estudantil desmascarou os setores que fingem defender os estudantes, como as organizações ligadas ao DCE, e expôs a falência de uma reitoria que, longe de defender a educação pública e seus alunos, segue a mesma visão de que Cláudio Castro, que já disse que “Não dá para a UERJ ficar pagando para estudarem lá”. A União da Juventude Comunista (UJC), e as demais organizações do movimento estudantil verdadeiramente comprometidas com a luta pela permanência estudantil, seguirão em luta até que o AEDA 038 seja revogado e os recursos sejam destinados à manutenção das bolsas de permanência.



Assembleia estudantil de 19 de Agosto contra os cortes da reitoria. Foto: @ocupareitoriauerj/Reprodução

Clima e Questão Agrária

Não se combate os incêndios sem lutar contra o Agronegócio



Lábrea (AM), registro em 6 de setembro de 2024. Foto: Bruno Kelly/Reuters

O agronegócio é o principal responsável pelos incêndios no Brasil. Diretamente, com a concentração de focos de incêndios nas áreas de expansão agropecuária e nas pastagens. E, indiretamente, como setor que mais contribui para as mudanças climáticas no país. No entanto, ações do governo Lula, como o “bolsa incêndio”, beneficiam o setor, enquanto o Decreto 12.189/24, que aumenta as sanções para quem provocar incêndios, carece de aplicabilidade.

O Estado brasileiro tem um papel central no incentivo ao agronegócio por meio de várias políticas públicas. O governo Lula, por exemplo, destinou R\$ 400 bilhões ao Plano Safra 2024/2025, oferecendo crédito rural subsidiado para que proprietários e arrendatários adquiram insumos e tecnologia de grandes corporações agroindustriais. Além disso, concede incentivos fiscais, como isenção de impostos sobre agrotóxicos (Lei nº 7.802/1989) e sobre exportações de produtos primários e semielaborados (Lei Kandir).

Paralelamente, grileiros e fazendeiros frequentemente recebem regularização fundiária após desmatarem terras públicas, em um processo constante de anistia. Em São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas planeja entregar 600 mil hectares de terras públicas a fazendeiros até 2026, por apenas 10% do valor de mercado.

O fácil acesso a crédito e financiamento, os incentivos para adoção de pacotes tecnológicos e o apoio estatal, aliados à crescente demanda global por commodities, impulsionam a exploração intensiva de terras e a expansão permanente da fronteira agropecuária para produzir lucro. Desde 1985, 110 milhões de hectares (ha) de áreas naturais foram destruídos para dar lugar a pastagens e lavouras, segundo pesquisa do MapBiom. Isto é equivalente a 13% de todo o território nacional ou duas vezes a área da França. Os biomas mais afetados foram a Amazônia, com perda de 55 milhões de ha de vegetação nativa, e o Cerrado, com perda de 38 milhões de ha. Tudo isso para atender a objetivos alheios ao povo brasileiro e manter uma economia primário-exportadora, baseada na devastação da natureza, enquanto o país tem 21,6 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar.

Essa mudança no uso da terra e da floresta provocada pela expansão do agronegócio é a maior fonte de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no país, representando 48% das emissões brasileiras em 2022. Em segundo lugar, está a

agropecuária com 26,5%, principalmente devido a emissão de metano (CH₄) por bovinos. O agronegócio coloca o Brasil como sexto maior emissor de GEE do mundo, com 3% das emissões globais.

O desmatamento e as práticas agropecuárias do agronegócio também contribuem para as mudanças climáticas em escalas menores. A estação seca está mais prolongada nas regiões sul da Amazônia e no Cerrado em cerca de 20 dias nos últimos 40 anos. A temperatura na Amazônia já é 1,5°C maior quando comparada à década de 1970. No Cerrado, o desmatamento de áreas florestais elevou a temperatura em 3,5°C entre 2006 e 2019.

Foram 11,39 milhões de hectares queimados no país nos oito primeiros meses de 2024 – seis milhões de hectares a mais em relação ao mesmo período de 2023. O maior número de focos de incêndios florestais e a maior área queimada estão em regiões de expansão do agronegócio na Amazônia e no Cerrado. Somente dez cidades concentraram 20,4% dos focos de incêndio no período de 1º de janeiro a 20 de setembro de 2024, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Sete também estão entre os municípios com maior área desmatada em 2023. Esta relação é um indicativo de que os incêndios estão sendo utilizados para a abertura de novas áreas para a agropecuária. É uma resposta ou maneira de escapar ao aumento da fiscalização sobre o desmatamento ilegal, segundo especialistas como Carlos Nobre e Beto Mesquita.

Em um dos momentos mais favoráveis para enfrentar o agronegócio, principalmente o braço mais predatório do desmatamento, das queimadas e da grilagem, o governo Lula-Alckmin adotou ações para beneficiar o agronegócio. O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, anunciou o “bolsa incêndio”, que autoriza o acesso a mais de 6 bilhões de reais do Plano Safra, na linha RenovAgro, que deveria ser destinada para práticas sustentáveis. A medida ignora que a maior parte dos incêndios em áreas agropecuárias ocorreram em pastagens (2,4 milhões de hectares), em que os fazendeiros colocam fogo intencionalmente para renovar o pasto, muitas vezes sem autorização ambiental.

O governo federal também está reivindicando a anistia dos desmatadores junto à União Europeia. Fávaro e Mauro Vieira, ministro das Relações Exteriores, agiram como diplomatas dos desmatadores, ao solicitarem o adiamento da política de Produtos Livres do Desmatamento, que

proíbe países do bloco europeu de importar produtos agropecuários oriundos de áreas desmatadas após dezembro de 2020. Se o desmatamento ocorreu antes desta data, a comercialização está autorizada.

O Decreto 12.189, de 20 de setembro, é a única medida do governo Lula-Alckmin até o momento que pode impor punições ao agronegócio. Altera a Lei de Crimes Ambientais para aumentar as multas para quem praticar queimadas não autorizadas em áreas agropecuárias, provocar incêndios florestais ou não aplicar ações de prevenção e controle de incêndios na propriedade. Também, inclui a possibilidade de aplicar embargo ambiental a propriedades que registrarem “queima não autorizada de vegetação nativa”.

Esta última é a sanção que mais incomoda os ruralistas, pois propriedades rurais com embargos ambientais estão proibidas de ter acesso ao crédito rural por resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), desde janeiro deste ano. Somente no primeiro semestre de 2024, o Banco Central (BC) cancelou mais de 30 mil operações financeiras devido às irregularidades ambientais e fundiárias, com impacto de 6,2 bilhões de reais.

No entanto, as punições carecem de aplicabilidade. André Lima, secretário extraordinário de Controle do Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, afirma que responsabilizar o proprietário da terra pelo desmatamento é mais simples, pois é uma questão direta. Por outro lado, a responsabilização pelo incêndio é mais complexa, pois exige a comprovação de que o proprietário causou o incêndio, o que geralmente requer um flagrante. Além disso, os órgãos ambientais estão sucateados, como evidenciou a greve dos servidores do Ibama e ICMBio, o que dificulta a fiscalização e o combate aos crimes ambientais do agronegócio.

Já a proposta de confisco das terras para quem cometer incêndio criminoso, ventilada pela ministra Marina Silva, não foi adiante. Apesar de ser mais adequada para coibir o uso das queimadas pelo agronegócio, pois expressa um recado claro: quem comete crime ambiental não tem direito à propriedade da terra.

O pico de incêndios no Brasil, o aumento das ondas de calor e a pior seca da história do país evidenciam a urgência de enfrentar o modelo predatório e dependente do agronegócio e do capitalismo brasileiro, a fim de assegurar condições saudáveis de vida para toda classe trabalhadora.

Economia

Crescimento de instituições privadas “sem” fins lucrativos reforça privatização velada do SUS

Nas últimas décadas, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem passado por um preocupante crescimento das instituições privadas sem fins lucrativos, como os hospitais filantrópicos, que ganham cada vez mais espaço dentro da estrutura pública de saúde no Brasil. Embora esse fenômeno não possa ser apontado como uma causa direta para a diminuição do número de leitos disponíveis no SUS, ele reflete uma correlação que levanta questões alarmantes sobre a presença crescente do setor privado na oferta de serviços de saúde pública.

Entre 2010 e 2023, o Brasil perdeu cerca de 25 mil leitos de internação no SUS, o que representa uma redução de 8%. Áreas essenciais como psiquiatria e pediatria foram particularmente afetadas, com queda de mais de 50% e 28%, respectivamente, no número de leitos. Ao mesmo tempo, a população brasileira aumentou, passando de 190 milhões para 203 milhões, intensificando a demanda por atendimentos enquanto a oferta diminui. Tal redução, somada ao aumento das filas de espera para cirurgias eletivas, mostra um enfraquecimento do SUS, que, ironicamente, tem visto crescer a participação de hospitais filantrópicos em sua estrutura.

Essas instituições, embora rotuladas como “sem fins lucrativos”, têm se comportado com uma lógica mercantilista, com estratégias que garantem a captação de fundos públicos e o aumento de receitas, contabilizando um crescimento de 30% no número de estabelecimentos no país entre 2012 e 2020. Entre 2018 e 2023, os recursos do SUS destinados a hospitais filantró-



Fonte: Agência Senado. Foto: Diogo Moreira/A2FOTOGRAFIA.

picos triplicaram, subindo de 4,65% para 12,77%, com uma receita que alcançou R\$ 6,87 bilhões no ano passado. O Hospital Israelita Albert Einstein, que gerencia 30 unidades públicas e 868 leitos, recebeu contratos públicos de R\$ 1,18 bilhão em 2022. Já o Hospital Sírio-Libanês, com 10 unidades e 668 leitos públicos, somou R\$ 335,6 milhões em contratos no mesmo ano.

Os números revelam a crescente dependência dessas instituições de fundos públicos, apesar da fachada “sem fins lucrativos”. Em muitos casos, esse rótulo é utilizado como uma estratégia para obter isenções fiscais e outros benefícios

legais, como no caso do Proadi-SUS, que concede renúncia fiscal a hospitais privados para a realização de projetos e pesquisas. Pesquisas apontam que essas instituições “comem o SUS”, utilizando recursos públicos e atuando como organizações sociais para gerenciar hospitais públicos.

Esse processo ocorre com anuência do Estado. No último ano, o governo federal anunciou repasses bilionários a hospitais filantrópicos. Em 2023, R\$ 1,5 bilhão foi destinado a esses hospitais, dentro de um pacote total de R\$ 2 bilhões. Este ano, mais R\$1 bilhão foi anunciado dentro do Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE).

Bets causam endividamento na periferia e lucros bilionários na Europa

Na véspera da virada do ano, foi sancionada pelo presidente Lula a Lei 14.790/2023, conhecida como “Lei das Bets”. O projeto que deu origem à legislação foi de autoria do próprio poder executivo, com objetivo de regulamentar a operação das chamadas “Bets”, nome dado ao setor de apostas online, que nos últimos cinco anos tornou-se popular no Brasil.

Uma pesquisa do Datafolha mostrou que 15% dos brasileiros já realizaram alguma aposta online. Entre os jovens, o percentual chega a 30%. O perfil do apostador brasileiro é de homens jovens, principalmente de menor renda.

O Itaú realizou uma análise para investidores projetando um gasto líquido de R\$ 23,9 bilhões em valores apostados no Brasil entre 2023 e 2024. Ao considerar o gasto líquido, já está sendo descontado o quanto esses apostadores recebem de volta. Trata-se, portanto, do prejuízo dos apostadores. Essa soma representa 0,2% do PIB brasileiro e mais do que o dobro do investimento na atenção básica em 2023.

Em um cenário em que a renda média do brasileiro cresce pouco, chama a atenção um aumento de gastos de quase 24 bilhões de reais. A resposta, segundo pesquisa do Instituto Locomotiva, passa pelo gasto de valores poupados e endividamento. Tais dados levantados mostram que 86% das pessoas que apostam têm dívidas, enquanto 64% estão negativadas no Serasa.

O esvaziamento da poupança e o endividamento dos setores de menor renda impactam diretamente no poder de compra. Apesar de analistas não confirmarem essa relação, os representantes do varejo no Brasil sustentam essa tese. Com a regulamentação, o objetivo desse setor é minimizar o impacto das apostas na renda dos consumidores. Mesmo sem dados conclusivos, o conflito entre esses setores fortalece a tese de que as apostas,

além de dívidas, diminuem o consumo popular.

Rastrear para onde vai esse dinheiro é bem mais complexo. Esta reportagem analisou dados das principais empresas de apostas online em atuação no Brasil hoje. Para isso, foram consideradas as dez maiores sites segundo o ranking da plataforma SEMRush, divulgado pelo Estadão; as 16 maiores companhias de aposta mundial segundo reportagem do Yahoo Finance (considerando apenas as que atuam no Brasil); e todas as bets que investiram (milhões) em publicidade na série A do Campeonato Brasileiro.

Das dezoito empresas analisadas, 55% (10) tem proprietários ou sede principal na Europa, 16% (três) são de brasileiros, 22% (quatro) não tiveram dados sobre seus sócios encontrados e uma tem seu principal sócio australiano. Entre as bets de brasileiros, metade está envolvida em investigações sobre lavagem de dinheiro, fraude e esquema de pirâmide. As cinco plataformas mais acessadas (Bet365, Betano, Betfair, Sportingbet e 1xbet) são, todas, de origem europeia.

Considerando os sócios dessas empresas, torna-se mais claro o fluxo do dinheiro: os gastos que partem de poupança ou dívidas dos brasileiros, depois de uma importante parte ser reinvestida em publicidade, vão para os seus donos na Europa. A pesquisa realizada pelo jornal O Futuro também apontou para um dado interessante: quase todas essas empresas atuam sob a legislação de Curaçau, um paraíso fiscal localizado no sul do Caribe.

Essa operação a partir de Curaçau tem dois principais motivos: o país tem legislação para o tema, o que não existia no Brasil até o início do ano, e o país é um paraíso fiscal, o que garante amplo sigilo sobre as empresas e baixa tributação.

Os principais objetivos da regulamentação das bets no Brasil são fazer com que essas em-

presas deixem de operar em paraísos fiscais e passem a ter sede e administração em território nacional, contribuindo com impostos. A presença de escritórios brasileiros servirá apenas para possibilitar a responsabilização jurídica de quem quer explorar esse setor comercial, mas os lucros continuarão seu fluxo em direção aos países onde estão os sócios das empresas.

Com o governo Lula-Alckmin, o Ministério da Fazenda passou a enxergar a regulamentação como uma promissora forma de arrecadação, com previsão de 2 bilhões de reais ao ano. Segundo apuração da Folha, na elaboração da regulamentação, foram realizadas pelo menos 251 reuniões com os grandes nomes do setor privado e representantes das bets. Por outro lado, ocorreram cinco reuniões com o setor de saúde. O lobby das bets pautou o governo, que apresentou o Projeto de Lei em julho de 2023, com sua tramitação finalizada em menos de 6 meses. Aprovou-se a taxa de 12% sobre o faturamento das empresas, além de 15% de Imposto de Renda sobre os prêmios obtidos.

Ademais, o setor das bets lucra com a mesma estratégia sobre o público africano, já há mais tempo. Neste ano, o governo da Etiópia anunciou que a epidemia de apostas causou uma crise social no país. No Quênia, estima-se que 84% dos jovens já tenham feito apostas online, com um terço desse total sendo apostas diárias. As estimativas de gastos com apostas no país ultrapassam o orçamento do seu Ministério da Saúde. Tanzânia, Gana, Nigéria e África do Sul têm mais da metade da população jovem assumindo realizar apostas frequentemente.

Se, por um lado, a taxa realmente pode servir como forma de engordar o orçamento desses países, o método mostra-se ineficaz no que é central: poupar seus povos do vício nas apostas, o que gera sofrimento psíquico, familiar e endividamento.

Economia

Segue para o senado projeto que escancara brechas para terceirização no serviço público

Em um movimento que aprofunda a precarização do trabalho e a desvalorização do serviço público, a Câmara dos Deputados aprovou, no final de agosto, com 370 votos favoráveis e apenas 15 contrários, um projeto de lei que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para excluir as despesas com contratações terceirizadas do limite de gastos com pessoal. A proposta, que tramita agora no Senado, representa uma grave ameaça ao fortalecimento do serviço público e aos direitos dos trabalhadores.

Ao ampliar a categoria de “Outras Despesas de Pessoal” — que engloba contratos com empresas privadas, organizações sociais, cooperativas e entidades do terceiro setor —, o texto aprovado permite que União, estados e municípios ampliem a terceirização de serviços essenciais sem enfrentar as restrições orçamentárias impostas pela LRF. Na prática, esta mudança autoriza uma “folha de pagamentos paralela” que

favorece a contratação de trabalhadores sem direitos garantidos, como estabilidade, salários dignos, e condições adequadas de trabalho.

Essa manobra escancara as portas para a exploração de trabalhadores terceirizados, geralmente submetidos a salários mais baixos, vínculos instáveis e condições de trabalho precárias. A proposta reforça a tendência de substituição de concursos públicos e contratações diretas por acordos com empresas privadas e entidades que oferecem serviços a custos mais baixos à custa da qualidade e da dignidade do trabalho. O resultado é a transformação de áreas fundamentais como saúde, educação, segurança, e saneamento em negócios lucrativos, em detrimento do interesse público.

Trata-se, portanto, de uma “reforma pelas beiradas”, visando a efetivação de mudanças gradativas para o serviço público e colocando em risco sua eficiência, qualidade e os direitos dos

trabalhadores, ampliando a tendência nacional de terceirização irrestrita.

A exclusão das despesas com terceirizados dos limites da LRF não é um ajuste técnico, mas sim uma brecha deliberada para a expansão descontrolada da terceirização. Ao mesmo tempo em que impõe limites rígidos aos investimentos diretos no serviço público, o projeto concede um cheque em branco para a privatização e a terceirização, sem garantias de transparência e controle.

Além disso, a aprovação do projeto ocorre em um contexto de severas restrições fiscais impostas pelo teto de gastos, que limita o aumento de despesas públicas, incluindo aquelas destinadas ao serviço público. Dessa forma, o projeto incentiva uma desvalorização estrutural do setor público e abre caminho para interesses privados que buscam lucrar com a precarização e o desmantelamento de direitos.

Juventude

Estudantes assassinados pela ditadura empresarial-militar são diplomados na USP

Em um importante gesto de preservação da memória e reparação histórica, 15 estudantes da USP assassinados pela ditadura empresarial-militar foram finalmente diplomados pela Universidade. O ato, que ocorreu no último mês de agosto, contou com a presença de estudantes e professores, além de militantes e familiares das vítimas, que têm sido o alicerce dessa luta por décadas ao enfrentar às forças de repressão e a negligência do Estado brasileiro para preservar a memória dos jovens que tiveram as suas vidas ceifadas pela ditadura.

Essa ação é parte de um processo mais amplo de reconhecimento do legado de alguns estudantes que foram vítimas da ditadura. Ainda em Agosto, a USP concedeu dois novos diplomas aos estudantes Carlos Nogueira Cabral e Gelson Reicher, ambos estudantes da Faculdade de Medicina e ex-militantes da Ação Nacional Libertadora, que foram mortos durante o período. Ao todo, a Universidade de São Paulo planeja conceder diplomas de graduação aos 33 estudantes vítimas do período. Em junho, a UnB também concedeu a diplomação póstuma e a revogação da expulsão de Honestino Guimarães, ex-líder estudantil que foi preso e expulso da Universidade em uma invasão militar, anos depois assassinado pelas forças de repressão.

A conquista dos diplomas póstumos representa muito mais do que um simples reconhecimento acadêmico: é um símbolo da luta, da resistência e da busca incansável por justiça. Porém esse gesto não representa o fim da luta, pois atende apenas em parte o relatório da Comissão Nacional da Verdade, que está longe de ter suas recomendações atingidas. De acordo com estudo realizado em 2023 pelo Instituto Vladimir Herzog, em parceria com a Fundação Friedrich Ebert Brasi, o Estado brasileiro cumpriu apenas 2 das 29 recomendações feitas pela CNV em 2014, ou seja, uma década após sua criação, 93% de suas recomendações foram ignoradas ou retrocedidas. É necessário enfatizar que a punição contra agentes de Estado envolvidos em casos de toruta e assassinatos jamais foi realizada, deixando um legado de impunidade.

Mesmo com a recriação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos na Ditadura Militar (CEMDP), extinta durante o governo Bolso-



Passeata de estudantes no centro de São Paulo, em 23 de Agosto de 1977. Foto: Acervo Estádio/Memorial da Ditadura.



Evento Diplomação da Resistência na USP, com membros da comunidade, estudantes e familiares dos homenageados. Foto: Cecília Bastos/USP Imagens

naro, o governo Lula-Alckmin tem sido marcado por uma completa inação e impunidade aos responsáveis pela ditadura empresarial-militar. No sentido oposto, Lula optou por vetar os atos em memória das vítimas da ditadura e recomendar à sua base e seus ministros para que não se manifestassem nesta data, além de ter José Múcio, figura apreciada pelos defensores do golpe de 1964, escolhido para comandar o Ministério da Defesa.

Com a negligência das forças ditas progressistas e com a política de anistia tocada pelo atual governo, a luta pela verdade e memória das vítimas da ditadura empresarial-militar torna-se ainda mais necessária. O cumprimento de todas as recomendações estabelecidas na Comissão da Verdade e a punição de todos os responsáveis por esse que é um dos maiores traumas da história brasileira é um dever histórico.

Internacional

42 anos depois de Sabra e Shatila, o genocídio do povo palestino continua



Sobreviventes após o massacre. Foto: Bill Foley/AP.

Durante três dias consecutivos, os grupos fascistas da Falange cometeram atos brutais de nos campos de refugiados palestinos do Líbano. A memória de Sabra e Shatila ainda perturba as mentes e corações de todo o povo palestino.

Nos dias 16 a 18 de setembro de 1984, as milícias fascistas da Falange libanesa atacaram os campos de refugiados palestinos de Sabra e Shatila, em Beirute, capital libanesa. Na época, o Líbano passava por uma dura guerra civil, que impôs ao povo libanês, dentre outras várias fatalidades, uma brutal ocupação militar em seu território pelas forças de defesa israelenses (IDF) desde 1982.

O Líbano, desde a Nakba – a tragédia do povo palestino quando expulso de suas terras em 1948 – foi e continua sendo um dos destinos prioritários da diáspora palestina, abrigando milhares de famílias que foram obrigadas a deixar suas casas pela força das armas israelenses e seu projeto permanente de limpeza étnica.

Desde que invadiu o Líbano, em 1982, sob prenúncio de expulsar a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) do país – que, na época, ainda aderiu à luta armada –, as IDF não conseguiram derrotar a resistência libanesa. Alguns dias após a partida das forças revolucionárias de Beirute – rumo ao segundo exílio na Tunísia – as gangues fascistas, sob ordens e apoio direto do então Ministro da Defesa de Israel, o criminoso de guerra Ariel Sharon, e seu Chefe de Estado-Maior, Rafael Eitan, invadiram

os campos habitados por milhares de refugiados palestinos, libaneses pobres, sírios e outros.

Entre as barbáries sem fim da guerra civil, estão marcados com sangue na história dos povos palestino e libanês os massacres de Sabra e Shatila. Durante três dias consecutivos, os grupos fascistas da Falange cometeram atos brutais de assassinato e tortura, dilaceraram mulheres grávidas, massacraram crianças, mulheres e idosos, e derrubaram abrigos, soterrando os moradores. Os anos de 1984-5 no Líbano foram marcados pela brutal guerra aos campos palestinos.

Diante dos atos, o exército israelense de Ariel Sharon assegurou que as milícias prosseguissem com a matança, até que a notícia do massacre se espalhou e as imagens foram vistas pelo mundo todo. Sharon foi declarado “pessoalmente culpado” pelo massacre por uma comissão de inquérito israelense no ano seguinte. Isso não o impediu de ocupar o cargo de Primeiro-Ministro de Israel em 2001.

O 42º aniversário dos massacres de Sabra e Shatila é lembrado em um momento da história em que a guerra de extermínio contra o povo palestino liderada pelo exército de ocupação sionista, com a conivência dos países do ociden-

te e o silêncio da maioria dos regimes árabes, continua a se desdobrar. Hoje, o povo palestino em Gaza, na Cisjordânia e em Al-Quds – assim como a resistência no Líbano – enfrenta uma guerra de genocídio e limpeza étnica raramente vista na história contemporânea. O objetivo de Israel é acabar com a Palestina e estabelecer seu controle sobre os recursos e a riqueza dos povos da região.

O 7 de outubro de 2024 marca **um ano ininterrupto** da ofensiva israelense sobre homens e mulheres, idosos e crianças palestinos após a Operação Tempestade Al-Aqsa, lançada corajosamente pela resistência palestina em resposta à violência sionista que é diária na Palestina, pelo menos desde 1948.

Diante de mais de 75 anos de dominação e terror, Israel segue impune em face do genocídio que realiza, tendo a comunidade internacional e os países da região como cúmplices silenciosos. O número de civis mortos na ofensiva covarde de Israel já passou dos 42 mil, e os feridos ultrapassam a marca dos 96 mil. Um número considerável de vítimas está sob os escombros, as equipes de ambulância e defesa civil não conseguem alcançá-las, suas famílias não conseguem velá-las.

OS NÚMEROS DE UM ANO DE GENOCÍDIO NA PALESTINA



A Revolução Russa e o Futuro

Faz 107 anos que os comunistas do mundo inteiro comemoram, no dia 7 de novembro, o aniversário da Revolução de Outubro de 1917. A data certamente chama a atenção para um fato curioso: antes da Revolução, a Rússia adotava o calendário juliano, e não o gregoriano. O atraso social na Rússia se manifestava até mesmo nas suas datas, sempre “treze dias no passado” em relação ao calendário ocidental. Quando os proletários e camponeses russos tomaram em suas mãos os grandes meios de produção e o poder político, lutando para reconstruir a sociedade à imagem e semelhança dos interesses da maioria trabalhadora do povo, uma das primeiras mudanças foi a substituição do velho calendário. O resultado dessa rebeldia cronológica é que, todo ano, há comunistas que “queimam a largada”, celebrando em 25 de outubro a primeira revolução socialista bem-sucedida da história.

Inspirada pelo sonho de uma sociedade internacional unida por laços de solidariedade entre os explorados e oprimidos, a Revolução Russa arrancou sua poesia do futuro, aspirando ir muito além da luta pelo pão e pela paz que movia seus interesses imediatos. Derrubando o velho aparelho de Estado, a Revolução reconstruiu a estrutura do poder político a partir de conselhos populares democráticos, inserindo na vida política soviética grupos sociais tradicionalmente

excluídos, como as mulheres e as minorias étnicas, para as quais a Revolução Socialista conquistou a igualdade e a autodeterminação sobre seus destinos, seus territórios e seus corpos.

Em poucas décadas, colocando a economia nas mãos dos trabalhadores, a Revolução transformou um dos países mais agrários e retrógrados da Europa em uma das maiores potências tecnológicas do planeta, elevando a qualidade de vida da população. Isso foi possível porque o Estado soviético, concentrando o poder político da maioria trabalhadora da sociedade, confiscou todos os grandes meios de produção (os bancos, as terras, as fábricas etc.) e ergueu sobre eles uma economia planejada e unificada, substituindo o caos da especulação de mercado capitalista por uma gestão racional dos recursos sociais e naturais em favor do bem-estar popular. Na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas não havia pessoas sem empregos ou sem moradias. Isso porque, mesmo sendo sabotada por todas as potências capitalistas, mesmo nos seus momentos de maiores provações e privações, a URSS conseguiu sustentar uma sociedade sem parasitas burgueses. Não havia patrões capazes de se utilizar da miséria e da fome para reduzir as massas trabalhadoras à condição de uma mercadoria contratada a seu serviço.

Era por isso, e não por suas imperfeições e insuficiência, que o socialismo soviético era tão

inaceitável para os grandes poderes capitalistas. Quando o impulso inicial da Revolução já havia passado há muitas décadas, a sociedade soviética ainda era uma das mais igualitárias do mundo — mas, dia após dia, o canto da sereia das ilusões de enriquecimento privado conquistaram traidores para a causa da restauração capitalista. Com o fim da economia planejada, a pobreza e o desemprego aumentaram vertiginosamente nas antigas Repúblicas Soviéticas, apesar da resistência da população, que votou massivamente contra o fim do regime socialista em um referendo realizado em 1991. Hoje, sob o controle das suas burguesias, os países da antiga URSS mergulham em guerras fratricidas entre aqueles que um dia formaram um mesmo povo soviético, como a guerra entre Rússia e Ucrânia.

Por muitas décadas a URSS foi um farol que iluminou as esperanças dos povos do mundo em sua luta por justiça e igualdade, materializando a possibilidade de um novo mundo possível. Hoje, estamos mais do que nunca em uma situação semelhante à daqueles revolucionários russos que, diante dos horrores da guerra mundial galopante e da exploração capitalista, não têm nenhuma outra alternativa a não ser lutar para tomar nas próprias mãos o seu destino. Façamos hoje como os revolucionários do passado, nos inspirando em suas esperanças de um futuro socialista.



Ato de 1º de Maio, Petrogrado, 1918. Fonte: Boris Souvarine Papers/Soviet Russia Photos.

Acesse nossa campanha de financiamento pelo site apoia.se/jornalofuturo ou pelo QR code



Para colaborar através do PIX utilize o QR code a seguir ou através da chave: 54.810.269/0001-62

